

ENTREVISTA¹

Revista Espacialidades: Primeiro gostaríamos de agradecer o senhor por, tão gentilmente, concordar em nos ceder essa entrevista. Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica e como surgiu o interesse de estudar temas relacionados ao golpe de 1964 e, principalmente, aos espaços e instituições de repressão deste período.

Rodrigo Patto Sá Motta: Bom, desde o início da graduação sempre tive inclinação para estudar História Política, eu acho que por eu ter participado de militância política na juventude, como era comum na época, e também por que sempre me fascinou o fenômeno do poder na história. Tentar entender como funciona o poder, os mecanismos de poder, o estado, a dominação, etc. Eu sempre quis fazer coisas nessa linha, então a primeira pesquisa que fiz, na graduação ainda, quando tive uma bolsa de iniciação científica, foi estudar a Aliança Liberal e a campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1930. E quando fui fazer mestrado me interessei em estudar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura. Aproximei-me do tema da ditadura e aproximei-me da História mais recente, naquela época não era muito frequente estudar temas muito próximos. No doutorado, eu me dediquei ao estudo entre os anos trinta e sessenta, cheguei perto do tema da ditadura, mas sem entrar praticamente nele. Depois, fiz um livro sobre caricaturas na época do governo Goulart, que também é mais sobre o período pré-ditadura. Mas, com o livro sobre as universidades eu finalmente fiz uma pesquisa adentrando a temática da ditadura, e isso tem a ver com a própria mudança da historiografia. Quando eu comecei a pesquisar, como eu disse, não era comum entrar em temas recentes, isso nos últimos anos se tornou algo mais aceitável e viável. Bom, estudar a ditadura implica o problema do autoritarismo e da democracia no Brasil, para tentar entender como construímos estados autoritários e como nós construímos tentativas de sair da ditadura, assim como de criar a democracia. Então, continuo a atuar nessa área, tendo em vista a crise que estamos passando.

¹Entrevista realizada pela Equipe Editorial da Revista Espacialidades com o Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, no dia 13 de maio de 2019, nas dependências do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Revista Espacialidades: A tese de doutorado do senhor, que depois foi publicada em forma de livro, intitulada “Em guarda contra o perigo vermelho”, o senhor estudou o anticomunismo brasileiro em duas dimensões distintas: a representação e a ação. Após o golpe de 1964, uma das principais preocupações dos militares foi inibir qualquer possibilidade de resistência de frentes revolucionárias de esquerda na sociedade brasileira. Para isso, foi necessário que o regime recém instaurado realizasse a repressão aos espaços tidos como focos de ideais comunistas. Após a extinção de muitas organizações sindicais pelo Brasil, as universidades foram alvos prioritários dessas políticas. Por que as universidades passaram a ser percebidas enquanto espaços propícios à propagação dos valores de esquerda?

Rodrigo Motta: Isso tem a ver com o comportamento da juventude universitária dos anos de 1960, antes da ditadura. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e alguns diretórios e as uniões estaduais começaram a se tornar entidades com muita visibilidade política no Brasil. A UNE fez uma paralização importante, que foi aquela paralização de um terço, em 1962, ela organizou debates sobre a reforma universitária antes da ditadura e juntou-se a organizações sociais em favor das reformas de base, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as ligas camponesas. Então, o movimento estudantil universitário começou a ocupar um espaço que não ocupava antes, inclusive porque aumentou o tamanho da população universitária. O número de estudantes universitários no Brasil era de quarenta mil em 1940, no entanto, quando houve o golpe de 1964 já eram cento e quarenta mil, então há também uma questão numérica. Os estudantes passam a ter certo peso, principalmente porque estavam concentrados em algumas cidades. Então, os estudantes passaram a se tornar um grupo mais visível, mas, além disso, porque foram as pessoas que se tornaram lideranças depois, se tornaram políticos, empresários e militantes de esquerda. Por isso, os estudantes vão se tornando um tema chave para ditadura, para os militares, para o governo norte-americano, pois o governo norte-americano começou também a monitorar o movimento estudantil por ver nele um potencial radical. Nesse livro que escrevi sobre universidades e ditaduras, afirmo que em 1964 os principais alvos foram os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, porque eles foram considerados como possíveis focos de uma revolução socialista e também, por se tratar de setores populares. O Estado no Brasil foi mais violento contra os movimentos populares, então, o golpe tratou muito mais violentamente os trabalhadores do que os estudantes. Os

trabalhadores foram presos em maior número, foram mais torturados. Contudo, em 1964 os estudantes também foram alvos, os estudantes foram presos, alguns foram expulsos das universidades, mas não eram o principal inimigo da ditadura. Com o passar dos anos, até 1968, a ditadura começou a achar que os estudantes universitários poderiam ser mais perigosos que os trabalhadores, porque os estudantes protestavam mais, iam mais às ruas, eram mais visíveis, provavelmente tinham menos medo da repressão. Os estudantes sabiam que a maioria deles eram de origem de classe média e de classe superior e imaginavam que iriam sofrer menos, enquanto os setores populares sabiam que eram mais maltratados e por isso tinham mais razão para ter mais medo, ainda que os trabalhadores fizessem protestos também, fizessem greves, como as duas importantes greves de 1968, em Osasco e em Contagem. Mas, ainda assim a visão da ditadura era que os estudantes eram uma massa mais militante e mais politizada do que os trabalhadores. Há um trecho das memórias de Jarbas Passarinho, que foi ministro tanto do Trabalho como da Educação, então lidou tanto com trabalhadores como com estudantes. Passarinho registrou que em 1968 o grande medo deles era de que os estudantes, que faziam protesto de rua, conseguissem atrair os trabalhadores e que eles fossem participar dos protestos, pois aí a situação para a ditadura ia ser tremenda, e era isso que os estudantes queriam: levar os trabalhadores para a rua. Então, por isso a ditadura começou a tratar os estudantes como alvos, mas sempre adotando políticas de repressão, como também políticas de integração e de acomodação. Por exemplo, no movimento estudantil, a ditadura interferiu criando leis que eram mais restritivas, a ditadura proibiu a UNE, entretanto, não proibiu o movimento estudantil. Ela deu uma alternativa ao editar a lei que definia o formato dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCE), como um organismo estudantil de cada universidade, e criou isso para que o movimento estudantil tivesse um local para atuar. No entanto, ao mesmo tempo era um local mais visível para a ditadura e mais fácil de se controlar. Então, os projetos da ditadura sempre tiveram essas duas faces, de repressão como também de abrir espaço para participações. Nesse sentido a ditadura no Brasil foi muito sagaz.

Revista Espacialidades: O Estado, a princípio, iniciou a operação “limpeza” que objetivava retirar das universidades, através de medidas autoritárias, quaisquer

influências de esquerda através de prisões de estudantes e professores que compactuavam dessas ideias. No entanto, o número de estudantes presos foi bem maior que o de professores principalmente pelo fato dos valores comunistas serem mais atraentes para os discentes universitários. Suas entidades sofreram intervenção em todo o país, o governo nomeou estudantes alinhados à nova ordem para fazer a “limpeza” de órgãos estudantis. Quais foram os principais atos de repressão nesse contexto?

Rodrigo Motta: Bom, entre os principais atos de repressão, pode-se citar a exclusão de professores mais da esquerda ou a tentativa de aterrorizá-los e de anulá-los através da prisão, por exemplo. Em 1964, eles prenderam muita gente que não foi expulsa da universidade imediatamente, então isso era uma forma de tentar amedrontar para evitar que essas pessoas fossem muito ativas. Outra forma de anular a militância de esquerda dos estudantes foi proibir e restringir mais a atuação dos partidos de esquerda, aumentando a vigilância sobre esses movimentos. Outra coisa foi o fechamento da UNE e das UEEs, as Uniões Estudais de Estudantes, como uma forma de restringir a participação mais engajada dos militantes estudantes. Além desse outro aspecto que falei, de abrir espaços para a participação estudantil, mas de modo controlado pela ditadura, outro exemplo foi o projeto RONDON, que foi idealizado entre 1966 e 1967. O fundamento político do projeto era que os estudantes estavam se radicalizando, e que seria inteligente se o estado brasileiro oferecesse a eles um caminho de atuação que os aproximasse da linha nacionalista da ditadura. Esse projeto foi pensado pelos militares e professores, em um encontro realizado na atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Então, o RONDON foi uma estratégia política para afastar os estudantes da esquerda. Portanto, a ditadura tentou criar meios de afastar os estudantes da esquerda, tanto por repressão como por estratégias de sedução.

Revista Espacialidades: No livro, “As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária”, o senhor aborda minuciosamente as relações complexas entre as universidades brasileiras e o regime militar. Nesse sentido, compreendemos que os espaços públicos e privados de uma sociedade abrangem aspectos complexos, em relação a conjuntura que rege os parâmetros de um sistema normativo e simbólico. No contexto do golpe civil-militar em 1964, qual foi o papel da

imprensa e das universidades como espaços de intervenção social na ditadura civil-militar?

Rodrigo Motta: No geral, tanto a imprensa quanto as universidades apoiaram o golpe, principalmente a imprensa, pois quase cem por cento dela esteve ao lado do golpe. Nas universidades, pelo que se sabe, a maioria da liderança acadêmica, professores, dirigentes e grandes líderes de grupos de pesquisa também apoiaram a ditadura, com algumas exceções. No entanto, como falei antes, com o movimento estudantil foi diferente, a maioria dos líderes do movimento estudantil foi contra a ditadura. Os professores, naquela época, em média eram mais conservadores do que foram depois, então as universidades eram muito conservadoras, o que impedia professores de esquerda de entrarem nas universidades. Há o exemplo famoso de Caio Prado Júnior, um dos melhores historiadores do Brasil, e não conseguiu entrar na Universidade de São Paulo (USP). Prado Júnior tentou entrar uma vez e não conseguiu, consta que durante a ditadura os militares armaram estratégias para que ele não fosse aprovado, porque é certo que havia gente que queria que ele entrasse para USP, ainda no final dos anos 1960, na vaga inclusive do Sérgio Buarque de Holanda. Então, no começo da ditadura, a liderança universitária estava muito mais a favor da ditadura, o que é interessante para relativizarmos a ideia de que as universidades resistiram à ditadura, pois uma parte delas a apoiaram. No livro, eu aponto que a ditadura recrutou muitos professores para trabalhar em cargos chave como ministros e assessores. E a imprensa muito mais ainda, apesar de que com o passar dos anos tanto a imprensa como a elite universitária tenderam a se afastar da ditadura. Então, uma coisa é você apoiar um golpe para tirar do poder um governo de esquerda, outra coisa é apoiar uma ditadura no lugar disso. Muita gente que apoiou o golpe de 1964 não queria necessariamente uma ditadura, e muito menos uma ditadura duradoura. No caso da imprensa, um exemplo interessante é *O Estado de São Paulo*, que continua sendo um jornal muito conservador. A visão do Estadão em 1964 era o ideal de ter uma ditadura curta e aguda, que durasse cerca de dois a quatro anos e depois se restabelessem as instituições liberal-democráticas. Como a ditadura não fez isso, a família proprietária do Estadão tendeu a se afastar da ditadura e começou a entrar em choque, pois a imprensa não gosta de censura e a ela foi se instaurado até começar a

incomodar. Se a censura fosse apenas contra as publicações de esquerda, eles não se incomodariam tanto. Mas, foram atingidos também, então a própria imprensa vai se afastando da ditadura. E as universidades se afastaram também, pelo aspecto do autoritarismo. No entanto, o projeto universitário da ditadura acabou sendo muito sedutor ao mesmo tempo, pois com o aumento dos investimentos, a carreira universitária passou a ser atraente para muitas pessoas, que antes não a teriam seguido. O salário de professor aumentou muito, a pessoa teria oportunidade de pesquisa e de fato ter uma carreira acadêmica e científica. Então, muitos cientistas e intelectuais acadêmicos ficavam numa situação ambígua, porque eles gostavam da política universitária nesse aspecto, mas não gostavam do aspecto autoritário. Fato que gerou situações curiosas de um professor que era filosoficamente de esquerda, que não gostava da repressão da ditadura, mas que podia em alguns casos aceitar o cargo de assessoria acadêmica, de presidência de fundação de pesquisa ou de diretor de unidade acadêmica, e aceitavam isso em nome do desenvolvimento do Brasil, do desenvolvimento da universidade e da pesquisa, sem se sentirem ideologicamente fiéis à ditadura. Aconteceram vários casos assim em diferentes áreas, então, as universidades de um lado se afastaram da ditadura, mas de outro não se afastaram tanto assim, porque a ditadura para as universidades foi muito modernizadora e abriu muitas oportunidades de trabalho, de pesquisa, de carreira e pós-graduação. Então, com isso a ditadura reduziu a tensão nos meios universitários, porém, ainda assim a resistência continuou. No final da década de 70, o movimento estudantil, especialmente depois de 1977, se tornou mais ativo e agressivo, e isso se juntou com a crise econômica e a perda de investimentos, inclusive nas universidades, então, o poder de sedução da ditadura caiu muito. No final dos anos 70, a maioria da comunidade universitária estava unida contra a ditadura, e no início dos 80, começaram as grandes greves de professores, ainda durante a ditadura. Eram greves salariais, pois os salários começaram a cair muito, e aumentou muito a irritação na universidade. Contaram-me numa entrevista que fiz para o livro, que um professor titular, último nível de carreira universitária, nos anos 70 ganhava igual a um juiz de primeira instância. Se fosse hoje, significaria que teríamos um aumento de cinquenta ou sessenta por cento, o que mostra também que o judiciário continua recebendo no topo e a carreira acadêmica foi sendo rebaixada. Outro professor me disse

que, na época, com um ou dois salários se conseguia comprar um carro zero, dava para comprar um “fusquinha” novo. Então, na época de ouro da ditadura, os salários nas universidades eram bons, mas com a crise econômica dos anos 70 e 80 e junto com a demanda por democracia e a crítica à ditadura, isso gerou um aumento dos protestos nas universidades contra a ditadura.

Revista Espacialidades: Recentemente o senhor têm desenvolvido projetos que analisam a relação entre a imprensa e a ditadura não somente no Brasil, mas também na Argentina, através das representações políticas construídas pelo *Clarín* e pelo *O Estado de São Paulo*. Quais as principais semelhanças e diferenças nas representações que estes dois jornais fazem no que concerne às repressões infringidas às esquerdas e à legitimação das ditaduras nestes dois países?

Rodrigo Motta: Essa é a minha pesquisa atual, inclusive eu fiquei na Argentina uma semana, na segunda metade do mês de abril, pesquisando o jornal *Clarín*. Não sei se essa pesquisa vai continuar, por causa das verbas que estão sendo cortadas. Não sei se ela vai ter continuidade, mas foi muito interessante esse período que eu passei na Biblioteca Nacional da Argentina, coletando matérias do *Clarín*. Comparação é muito fascinante, pois, se de um lado você começa a entender melhor a história do outro e se surpreende com algumas coisas, de outro lado você se surpreende na comparação do outro com seu próprio país. Estou numa fase inicial da pesquisa, então, não tem resultados ainda, mas pretendo escrever um artigo no final do ano. Estou atento exatamente a esse tema que vocês mencionaram na pergunta, as maneiras como cada jornal representava a ditadura. No aspecto da representação da esquerda armada como adversária e inimiga é muito parecido, os dois jornais repudiam a esquerda armada. No caso do *Clarín*, no começo ele estava perfeitamente de acordo com a matança, o jornal se referia aos mortos da ditadura da seguinte maneira: “dois delinquentes foram abatidos”; “mataram dez extremistas”. Então, a linguagem do *Clarín* era perfeitamente de acordo com a linguagem do governo. Assim, sem nenhum distanciamento, reproduzia uma visão de que era necessário reprimir a esquerda armada na Argentina, e parece que muita gente lá concordava, para além do jornal. As pesquisas indicam que tinha um percentual elevado de pessoas na Argentina que concordava com isso e que queria pacificar o país e acabar com a esquerda armada, pois se sentiam inseguros com as ações dela. A esquerda armada na Argentina foi muito

mais intensa do que no Brasil, não tem comparação. O jornal Clarín potencializava as ações da esquerda armada e ajudava a criar o clima de terror, por exemplo, quando mataram um general do exército argentino – isso não tem precedente no Brasil. Foi colocada uma bomba na casa dele, debaixo da cama, por uma moça de dezoito anos que fez amizade com a filha do general para entrar e explodir a casa dele. Já tinha começado a ditadura, e o Clarín deu uma repercussão dramática com vários dias de cobertura, criando uma sensação de violência da esquerda armada, de como ela era poderosa e assustadora. Têm vários outros casos assim, colocaram uma bomba no refeitório da polícia de Buenos Aires, que matou mais de uma dezena de agentes. Então, o jornal fazia uma cobertura que aguçava o medo das pessoas em relação à esquerda e confirmava as ações repressivas do Estado. No caso do jornal Estadão é muito parecido, com a diferença de que essa violência política no Brasil era em menor escala, tanto a do Estado quanto a da esquerda. O conflito era menor no Brasil, não tem como questionar isso, eu fazendo a leitura do jornal percebo que isso é óbvio. Inclusive, me surpreendi ao ler que após um ano de ditadura, em que mataram milhares de quadros da esquerda, os montoneros ainda conseguiram botar uma bomba em comando da Marinha. Mas, outra coisa que me chamou a atenção e que quero explorar mais foi que fiquei com a sensação de que a censura da imprensa na Argentina foi muito menor, porque o Clarín publicava coisas que no Brasil não seriam autorizadas, por exemplo, eles publicavam quando os jornalistas eram presos pelo governo. Tem um caso famoso de um jornalista chamado Jacob Tiberman, que era dono de um dos principais jornais, e quando foi preso, o Clarín publicou detalhes da sua prisão e de seu assessor que foi junto com ele. Isso me impressionou, porque no Brasil não deixavam. Aqui, a censura era tão intensa que não deixava publicar certas coisas sobre o Papa, por exemplo. Não deixavam publicar nada sobre o Dom Helder Câmara, imagina publicar sobre a prisão de uma figura importante do mundo jornalístico. Além desse, tem outros casos que me dão a sensação de que a censura no Brasil foi mais intensa. Então, tem essa discussão de que a ditadura matou menos no Brasil, mas, no caso da censura, parece que censurou mais e foi mais controladora do que na Argentina, inclusive porque na Argentina o aparato de censura era muito mais simples do que no Brasil. O Brasil criou uma divisão de censura na Polícia Federal, responsável pelo controle

da imprensa, já a Argentina não teve órgão de igual tamanho. Aliás, eu orientei uma tese de doutorado, recentemente, da Ana Marília Menezes, cujos resultados, de maneira geral, mostram como a censura no Brasil foi mais organizada, burocratizada e ampla do que na Argentina. Lá foi mais incipiente e teve uma participação maior da Igreja junto com funcionários públicos, enquanto aqui foi mais estatal. Então, como disse, essa pesquisa com os jornais está começando e eu comentei apenas algumas impressões gerais, ainda por aprofundar.

Revista Espacialidades: Para finalizar a entrevista, gostaríamos que o senhor comentasse um pouco os recentes episódios que trazem à tona a discussão do anticomunismo no Brasil e sobre a força desse fenômeno, bem como as semelhanças desse discurso com o recente antipetismo, para a compreensão de como a conjuntura atual pode nos ajudar a entender o contexto de 1964, como o senhor aponta em recente artigo publicado no livro “Pensar as direitas na América Latina”.

Rodrigo Motta: Pois é, nesse artigo eu tento perceber os pontos em comum entre o anticomunismo e o antipetismo, porque na verdade, o discurso anticomunista de hoje quase se confunde com antipetismo, já que ambos são muito voltados contra o PT, apesar de ele não ser um partido comunista (e ter tido muitos conflitos com os comunistas nos anos 1980). Mas, o anticomunismo verbalizado atualmente é muito contrário ao PT, porque a ideia era anular o PT no período eleitoral e impedir a candidatura do Lula. Nesse capítulo de livro que vocês mencionaram, eu cito um dos ideólogos de direita de hoje que fala que o petismo é a última encarnação do comunismo, inclusive ele usa a expressão “comunopetismo” para promover essa junção, como se o PT fosse uma nova forma de comunismo. Isso é muito irônico se pensarmos na origem do PT ao brigar com partidos comunistas para tentar hegemonizar a esquerda. O PT dos anos 70 e 80 criticava muito a tradição comunista. É engraçado hoje ver a direita achar que o PT é uma forma de comunismo. Mas, isso é uma estratégia, aproveitar a tradição anticomunista que foi muito forte, porém, que ao longo do tempo foi se apagando e restando apenas as cinzas, as quais a direita assoprou, recentemente, para reacender, atizar esse fogo novamente e conectar às visões antigas do comunismo como mal demoníaco, associado à União Soviética, Cuba, à ideia das matanças, àquelas cifras de que o comunismo matou cem ou duzentos milhões, que a gente não sabe como se chega a essas

contas. Enfim, conectaram essas imagens do anticomunismo tradicional ao PT. O que tem a ver o PT com as mortes da União Soviética, com o Stalin? É apenas um discurso estratégico para tentar desconstruir o PT e colocá-lo como uma grande ameaça ao país. Então, esse anticomunismo de hoje foi insuflado por partidos contrários ao PT para derrotar a esquerda do poder. Outra estratégia foi ativar o tema da corrupção, concentrando muito a corrupção no PT, como se ele tivesse inventado a corrupção ou como se fosse o governo mais corrupto da história. Uma construção parecida ao que vimos em contextos anteriores, em que às vezes os dois pontos se encontram e são paralelos, o tema da corrupção e o anticomunismo. Acho que, sobretudo, esse tema do anticomunismo hoje reacendeu e fez uma releitura dessa tradição, se apropriando de temas antigos e reciclando. Por exemplo, a questão religiosa, se no começo do século XX o maior foco era o católico, hoje os maiores grupos são os evangélicos. Do ponto de vista moral, no começo do século XX, houve o tema da ameaça comunista à moral da família, através do tema do divórcio e do aborto, hoje continua sendo o aborto, porém não mais o divórcio, e sim o comportamento “desviante” da comunidade LGBT. Esses discursos tem a mesma base, que é readaptada e reconstruída. A ameaça externa que outrora era a União Soviética, hoje passou a ser a Venezuela, por exemplo, o que é bem risível, tendo em vista que a União Soviética era uma potência militar, já a Venezuela não poderia ameaçar militarmente o Brasil. Então, essa tradição anticomunista é recriada para ajudar na construção do discurso da direita de hoje, que se viabilizou eleitoralmente e ajudou a desestabilizar o governo da Dilma. Teve um papel importante, que é difícil mensurar em termos estatísticos, mas, segundo algumas pesquisas de opinião, pode-se dizer que o antipetismo ocupou uma faixa de 20 a 30 por cento da população, no período eleitoral. Votaram por ojeriza ao PT, não exatamente por ser a favor de alguma coisa específica. Então, o antipetismo de hoje parece-se muito com o anticomunismo, como quase uma continuação, apesar do caso atual ser mais manipulado que o antigo, porque na época do anticomunismo tradicional, pelo menos havia comunismo, mesmo que com presença mais fraca no Brasil, mas no mundo havia. Hoje em dia não há mais comunismo de fato, não dá para dizer nem que a China é comunista, convenhamos, a China talvez seja uma forma de capitalismo de estado, mas não é socialista no sentido de que ela foi nos anos 50

e 60. Então, falar de ameaça comunista hoje é muito mais farsesco do que foi em períodos anteriores, de modo que é um pouco assustador ver que esse discurso teve eficácia e convenceu tanta gente. Espero que essa farsa se desmascare. A questão não é negar o direito das pessoas serem de direita e não gostarem de comunismo e socialismo, isso é um direito político de cada um. O que se questiona é que muitas dessas pessoas que não gostam do comunismo estão temendo a um fantasma. Pois o PT não é um partido comunista, o PT fez algumas reformas sociais muito moderadas e em perfeito acordo com a manutenção do sistema capitalista. Então, é isso que se critica, essa manipulação que enganou pessoas de boa fé, levando-as a combater um fantasma, gerando uma repercussão política terrível para o Brasil.